

Marta Suplicy de volta ao PT

Articulação para vice de Boulos mostra reagrupamentos em curso

Celso Rocha de Barros

Servidor federal, doutor em sociologia pela Universidade da Califórnia (EUA) e autor da "PT, uma História".

Marta Suplicy voltará ao PT para ser vice na chapa de Guilherme Boulos. O movimento, orquestrado por Lula, é uma bela jogada. Marta tem votos na periferia de São Paulo, onde sua administração realizou investimentos importantes. Sua experiência administrativa, e mesmo sua passagem por partidos de centro nos últimos anos, podem enfraquecer a impressão de que uma chapa liderada por Guilherme Boulos seria radical demais.

Seu retorno ao PT causou algum ruído. Mesmo grupos da esquerda do PT defendem Marta como vice de Boulos, mas preferiam que ela concorresse por alguma outra legenda aliada. E, sejam honestos, se era para voltar um dia, Marta deveria ter rompido com o PT de maneira menos ruidosa: não precisava ter votado a favor do impeachment. Sobre tudo, não precisava ter engulado flores e Janaina Paschoal no dia da votação do impeachment na Câmara.

Alguns dirigentes do PT, como Valter Fomag, da tendência "Articulação de Esquerda", manifestaram em público seu incômodo. Em um texto publicado em seu blog em 11 de janeiro, escreveu: "entendo os motivos pelos quais Rui Falcão afirma que o PT é o 'feito natural' de Marta. Mas, seguindo o conselho de Rui e pensando 'daqui para frente', prefiro não compartilhar o 'feito' partidário com quem comete tamanha violência contra o Partido". O sentimento de Pamar é

compreensivo. Não minimizo o trauma que os petistas sofreram em 2016, quando o partido foi usado como bode expiatório do sistema político brasileiro. Mas alguns futuros devem ter contribuído para a decisão de cruzar Marta de volta. Sem filiação, o PT não teria nenhum filiado na chapa. Marta conhece profundamente o PT paulista e não deve ter dificuldade em estabelecer-se como elo de Boulos com Lula e o PT. É bom lembrar, inclusive, que Marta

saiu do PT quando seu movimento para lançar Lula candidato em 2014, no lugar de Dilma, fracassou. Suas credenciais "lulistas" são respeitáveis. E sua história com o PT não inclui apenas o ano de 2016.

A eleição municipal de 2024 é muito importante para o PT. Os petistas foram dizimados na eleição municipal de 2020, ano do impeachment. A eleição seguinte, em 2022, aconteceu sob a pandemia: quase não houve campanha, o que resultou em grande vantagem para quem concorria à reeleição. Isto é, para os que haviam vencido a eleição em que o PT não ganhou nada. A eleição deste ano, portanto, é a chance do PT de voltar para o jogo das disputas municipais.

Uma vitória em São Paulo, mesmo que em aliança com o PSOL, teria um peso político imenso.

O contraste com a eleição paulista de 2016 é notável: naquele ano, a esquerda colocou todos os seus ex-prefeitos (Erundina, pelo PSOL; Marta, pelo PMDB; e Haddad, concorrendo à reeleição) para disputar um com os outros. Este ano, o PSOL tem a cabeça de chapa e a vice é Marta, de volta ao PT. Há um reagrupamento em curso.

Esses reagrupamentos devem se tornar mais comuns. A reforma política de 2017 vem causando uma diminuição do número de partidos no Brasil. Esse processo deve continuar. Diante das enormes máquinas partidárias de direita que surgirão, o destino da esquerda, nos próximos anos, de ser uma federação. Ela incluirá gente que já teve entre si brigas ainda mais feias do que as de Marta Suplicy com o PT em 2016.

JOÃO, Elío Gaspari, Celso Rocha de Barros | ILLUSTRATION, Deborah Bizarria, Camila Rocha | TEXTO, Joel Pinheiro da Fonseca | QUOTE, Elío Gaspari | QUOTE, Conrado H. Mendes | SEX, Marcos Augusto Gonçalves | S&P, Demétrio Magnoli

General ligado a Villas Bôas atuou em compra de software, afirma vendedor

Oficial da reserva e ex-comandante do Exército não comentam depoimento à PF de filho de general

Thaís Oliveira, Fabio Serapiao e César Feitosa

BRASÍLIA Depoimento dado à Polícia Federal afirma que um amigo e colega de turma do general da reserva Edmar de Villas Bôas atuou como intermediário da empresa Verint Systems para negociar com o Exército, durante a gestão do próprio ex-comandante da Força, a venda de sistemas de inteligência. Entre eles, o software First Mile, cujo uso pela Abin (Agência Brasileira de Inteligência) é investigado. O general Luiz Roberto Peret foi contratado pela Verint Systems por meio de uma empresa de consultoria criada pelo próprio militar em 2010, três anos após pedir para a reserva do Exército.

Além da empresa, ele atua como um dos conselheiros fundadores do Instituto General Villas Bôas, que comanda o Exército quando foi efetuada a compra do First Mile e outros softwares com dinheiro da intervenção federal no Rio de Janeiro.

A atuação de Peret foi relacionada por Caio Santos Cruz, filho do general Santos Cruz, em depoimento à PF. O depoimento foi obtido pela Folha. Caio Santos Cruz, que também atuava em favor da Verint, disse à PF que o papel de Peret era manter contatos de alto nível com os clientes da empresa.

"O general foi contratado pela Suntech (Verint) para auxiliar nas negociações técnicas e comerciais de alto nível", disse Caio Santos Cruz. "[Ele] atuava nas tratativas com altos escalões, destacando que se trata de pessoa honesta", prosseguiu o investigado, segundo o termo do depoimento colhido pela Polícia Federal.

Caio Santos Cruz foi alvo de buscas em outubro durante a Operação Última Milha, da PF, que investiga o uso indevido da ferramenta First Mile pela Abin para monitorar opositores do governo Bolsonaro, juizes, políticos e jornalistas entre 2019 e 2021, durante a gestão do hoje deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RO).

O contrato na gestão Villas Bôas com a Verint intermediado por Peret foi fechado em outubro de 2018, no valor de US\$ 12,8 milhões (R\$ 52 milhões na cotação atual). O ex-comandante autorizou a contratação sem licitação sob o argumento de que a empresa israelense já fornecia sistemas



Tropas do Exército durante a intervenção federal no Rio, durante a gestão Temer (MDB) Exata Veiga - 19.02.2019/Folhapress



O general Luiz Roberto Peret, amigo de Villas Bôas Divulgação/Thaís Oliveira

A área técnica do TCU (Tribunal de Contas da União) concluiu, em parecer, que "o uso do upgrade foi realizado com recursos destinados à segurança pública do Rio de Janeiro", o caso pode configurar "desvio de finalidade". [...] pois teria sido contratado o desenvolvimento de sistema para a União, que, a seu critério, poderia ou não compartilhar as informações com o Rio de Janeiro".

O modelo de atuação de Peret, citado no depoimento como intermediário por meio de empresa de consultoria, repete o que está na mira da PF no Rio de Janeiro no caso dos coletes balísticos e de blindados.

Luiz Roberto Peret é general reformado do Exército. Ele se formou na Aman (Academia Militar das Agulhas Negras) em 1973, mesma turma de Villas Bôas. Ele decidiu ir para a reserva em 2007 após voltar de cargo na adição do Exército brasileiro nos Estados Unidos. Na época, o comando da Força decidiu trocar a de função sem avisá-lo — fato que, segundo Peret, motivou seu pedido para deixar a ativa como general de brigada (duas estrelas).

Fora do Exército, Peret se uniu a outros militares da reserva para criar o Instituto General Villas Bôas. Também ocupou cargos em associações, como o Termino (Terminismo Nunca Mais), grupo de reservistas que fomenta atos contra a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) no processo de impeachment.

Sua empresa, a Peret Consultoria, diz ter faturamento de até R\$ 52 mil. Um de seus sócios é o coronel da reserva Helcio Bruno de Almeida, citado na CPI da Covid por intermediar um encontro entre o ex-secretário do Ministério da Saúde Elcio Franco com representantes da Davati.

Os intermediários da empresa, como o policial militar Luiz Paulo Dominghetti, alegavam ter 400 milhões de dólares de vacina contra a Covid para vender ao governo federal. Na verdade, a Davati não possuía nenhuma dose para comercialização.

Procurado pela Folha, o general Peret disse que não se manifestaria. O general Villas Bôas também foi procurado por meio de seu instituto, mas não respondeu.

Software vendido pela Verint Systems, segundo a PF, foi utilizado pela Abin para in-



O ex-comandante do Exército Eduardo Villas Bôas Divulgação

dir a rede de telefonia brasileira e rastrear a localização do celular de qualquer pessoa a partir dos dados enviados para torres de telecomunicação — driblando, na prática, a necessidade de autorização judicial.

Em depoimento após a operação que prendeu e afastou o ex-vice-presidente Michel Temer, Caio Santos Cruz disse que a empresa possuía diversos clientes no estado do Rio de Janeiro, especialmente forças de se-

gurança.

"Perguntado se houve upgrade [melhoria] do sistema First Mile durante a intervenção do Rio de Janeiro, respondeu que houve uma recompra do produto First Mile pelo Exército brasileiro, não pela Abin, que não houve upgrade do sistema, apenas recompra do pacote", diz trecho do depoimento obtido pela Folha.

"Que o produto foi adquirido pelo Exército brasileiro a fim de atender as necessidades de segurança dos grandes eventos, especialmente Olimpíadas. Que o Exército brasileiro aproveitou para renovar o produto por conta do Plano Rio. Que participou da recompra do produto para o Exército brasileiro, bem como do fornecimento do produto para a Abin".

O Exército se negou a dar explicações em outubro, sobre qual uso faz do sistema investigado pela PF. A instituição recorreu à LAI (Lei de Acesso à Informação), aprovada em 2011 para regulamentar o direito constitucional de acesso a informações públicas.

Diante das suspeitas da PF envolvendo os celulares que foram monitorados pela Abin, Caio Santos Cruz respondeu que o sistema é adequado e que os dados ficam armazenados pela Cognityc (antiga Verint) em um servidor remoto, possivelmente da Amazon.

Caio Santos Cruz afirmou que a ferramenta também foi vendida a outros órgãos públicos, e citou o antigo Departamento Penitenciário Nacional — atual Senappem (Secretaria Nacional de Políticas Penais) — a PRF (Polícia Rodoviária Federal), a Aeronáutica e a Marinha.

A Senappem e a PRF negam o uso do First Mile. A Aeronáutica e a Marinha não responderam objetivamente e disseram que trabalham em conformidade com a Constituição.

A PRF afirmou em nota que não adquiriu a ferramenta. A Senappem acrescentou que não comprou nem fez uso em suas atividades. Assim como o Exército, a Marinha recorreu às possibilidades de sigilo da LAI e disse que não se pronuncia sobre inquéritos em segredo de Justiça.

"A MB [Marinha do Brasil] reitera que desenvolve a referida atividade em conformidade com a Constituição Federal e com as normas constantes no ordenamento jurídico nacional. No entanto, as declarações do sr. Caio Cesar dos Santos Cruz, a MB não se pronuncia sobre inquéritos em andamento sob sigilo de Justiça", declarou em nota.

A Aeronáutica também se negou a comentar o assunto e ressaltou "que todas as atividades são desenvolvidas no estrito cumprimento de sua missão institucional e em conformidade com a Constituição Federal".